



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

1 **ATA DA 18ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM**
2 **FLUMINENSE DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020,**
3 **realizada no dia 17/08/2020 (segunda-feira), de 14:20h às 17:20, através de**
4 **videoconferência.** A Assembleia Geral Extraordinária do Fórum Fluminense de
5 Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) do dia 17/08/2020, foi iniciada pelo
6 Coordenador, José Arimathéa Oliveira (CBH MPS) e contou com a presença dos
7 membros: Nelson Reis (CBH Guandu), Paulo de Tarso Pimenta (CBH Guandu),
8 José Arimathéa Oliveira (CBH MPS), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), Luís Eduardo
9 Amorim (CBH Piabanha), Maria Aparecida de Resende (CBH BG), Luís Carlos
10 Teixeira (CBH LSJ), Rodolfo Coimbra (CBH Macaé Ostras), Maria Inês Paes
11 Ferreira (Macaé Ostras) e João Gomes (CBH BPSI) e os convidados Rafaela
12 Facchetti (CBH Piabanha), Livia Soalheiro (CBH Guandu) e Júlio Cesar Antunes
13 (CBH Guandu) a equipe: Roberta Abreu (AGEVAP) Tamires Souza (AGEVAP) e
14 Larah Emediato Ribeiro (AGEVAP).

15 **Item 1. Abertura:**

16 A assembleia foi iniciada pelo coordenador **José Arimathéa**, que deu boas-vindas
17 aos presentes e realizou a leitura e orientação das regras de conduta para
18 videoconferência.

19 **Item 2. Aprovação da Pauta;**

20 **José Arimathéa** fez a leitura da pauta e questionou se havia alguma sugestão de
21 alterações. **Rodolfo** solicitou que fosse incluído na pauta um item que tratasse da
22 pauta que está no CERHI sobre a conta reserva, justificando que tem alguns pontos
23 que gostaria que fosse esclarecidos para que a resolução pudesse ser aprovado
24 dentro do CBH Macaé Ostras e não haja questionamentos de sua parte diante ao
25 CERHI. Todos foram de acordo com o Item “Discussão sobre as resoluções que
26 autoriza a criação de conta reserva dos comitês junto às delegatárias” após a
27 aprovação das atas.

28 **Item 3. Aprovação da ata do dia 03/08/2020;**



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

29 **José Arimathéa** questionou se houve alguma contribuição sobre a ata da reunião
30 e pediu para que se manifestassem. **Roberta** informou se não houve sugestões
31 prévias a reunião. Não havendo contribuições, a referida ata foi aprovada.

32 **Item 4. Discussão sobre as resoluções que autoriza a criação de conta reserva** 33 **dos comitês junto às delegatárias;**

34 **Rodolfo** disse concordar com a ideia da conta reserva, mas lembrou que o recurso
35 de custeio é do CFURH. Informou que em 2016 deveria ser utilizado somente para
36 pagamento na delegatária, mas que o CBH Macaé Ostras criou duas resoluções,
37 para emprestar recursos de projeto para a delegatária efetuar pagamento no
38 período, devolvendo o recurso posteriormente de volta ao comitê. Disse que, nas
39 resoluções ficava claro que a partir do momento que o recurso retornasse para o
40 comitê, estaria atualizado monetariamente, já que ele renderia na conta e que esse
41 empréstimo tinha a destinação para custeio de projeto, mas que estava retornando
42 para um fundo de reserva, cujo maioria estava destinado para custeio emergencial
43 para as delegatária, logo, os comitês não estão recebendo esse dinheiro de volta.
44 Afirmou não achar justo pois o prometido anteriormente é que esse recurso
45 retornaria para projeto e por isso ainda não tinha levado essa questão para a
46 plenária do comitê. Questionou quais comitês haviam feito resolução para aprovar
47 o recurso voltando para a conta dos comitês, pois se lembrava apenas de terem
48 feito para passar o recurso, não para o seu retorno. Além disso, disse que quando
49 se pede para criar uma conta dos comitês, se esqueceram que deverão atualizar o
50 PAP, já que esse recurso estava no CFURH e não estava previsto nos planos.
51 Comentou que as resoluções do CBH Macaé foram feitas com base nos outros
52 comitês e ele não encontrou essas definições, afirmando que não levaria essa
53 situação para plenária enquanto não estivesse claro em qual momento que esse
54 recurso retornará para os comitês para ser gasto em custos de projetos.

55 **Rafaela** disse entender de forma diferente, já que todo dinheiro de projetos dos
56 comitês que foram para custeio naquela época já foi ressarcido e que o recurso
57 arrestado do CFURH já tinha destinação a custeio.



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

58 **Rodolfo** disse que nesse ano de 2016 foi retirado recurso de projeto, substituindo
59 o CFURH e que deveriam parar de achar, quanto comitê, que o dinheiro do CFURH
60 é carimbado para usar em delegatária, já que esse é um acordo feito no Fórum,
61 mas que não havia exigências que fosse destinado apenas a isso.

62 **José Arimathéa** informou que houve o reembolso do recurso que foi usado dos
63 projetos para sustentação da delegatária naquele período. Disse que CBH MPS
64 tinha sido um dos comitês da AGEVAP que mais tinha recurso em conta e que abriu
65 mão dele para sustentação da delegatária por um bom período e que o reembolso
66 veio, pelo que se lembrava, na primeira parcela do FUNDRHI. Disse que o uso do
67 CFURH para custeio das delegatárias foi homologado por resolução do CERHI,
68 logo entendia que deveria ser norma a ser cumprida. Afirmou que usarão o recurso
69 do CFURH arrestado e com o retorno do dinheiro abrirão a conta reserva referente
70 a esse valor arrestado.

71 **João** disse compartilhar da dúvida de **Rodolfo** e compartilhou a experiência do
72 CBH BPSI. Contou que houve dificuldade de aprovação na plenária já que houve
73 bastante questionamento quanto a resolução da conta reserva e ao ser debatido
74 em CT, o representante da OAB foi fortemente contrário, uma vez que era um
75 recurso público e não seria legal ficar parado em uma conta reserva. Disse que a
76 discussão em plenária foi bastante rica e estava presente o **Edson Brasil** do
77 jurídico da AGEVAP, **Juliana** e a **Moema**, sendo afirmado pelo jurídico que essa
78 transferência para conta reserva era legal. Disse que seu entendimento foi que a
79 conta reserva seria a transferência do recurso da CFURH, que está parado, para
80 uma conta na AGEVAP para custeio em situações emergenciais, como o não
81 repasse do estado, evitando o repasse de recurso de projeto para custeio e não
82 parando o sistema. Informou que o que foi definido e desde a época do TAC foi
83 falado em reunião, diante ao MPE, é que todo recurso de projeto destinado a
84 custeio, retornaria com correções. Opinou que achava saudável sair da conta do
85 estado para a conta da delegatária, já que na resolução diz que essa conta só pode
86 ser movimentada, extinta ou destinada com autorização dos comitês através de
87 resolução. Informou também que, diante das dúvidas levantadas quanto a



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

88 legalidade dessa conta, fez uma reunião com o jurídico da AGEVAP, que instruiu
89 que fosse feito um requerimento oficial pedindo a avaliação jurídica dessa questão.
90 Disse que esse requerimento foi feito e que farão uma solicitação parecida ao
91 CERHI e que acreditava que a AGEVAP levará esse pedido do BPSI a procuradoria
92 do Estado para que haja um parecer sobre esse assunto para que haja um subsídio
93 na aprovação do Conselho Estadual.

94 **Lívia** disse que na legislação diz que deve ser aplicado 50% dos recursos
95 arrecadadas com a compensação financeira em comitês com baixa arrecadação,
96 por isso se tem a resolução do CERHI distribuindo os recursos dentro dos comitês.
97 Disse que um ponto que chamou a atenção na fala de **João** é que se esses
98 questionamentos estão sólidos, devem aparecer para o Conselho Estadual, pois
99 haveria uma reunião de Câmara Técnica e a tendência é aprovar as resoluções da
100 forma que ainda estão. Afirmou que se ainda existe dúvidas seria melhor apura-las
101 e depois passar pelas instancias do CERHI. Comentou também a fala do **Rodolfo**,
102 afirmando que se não tem certeza ou não tem documento dizendo que o recurso já
103 retornou, talvez devessem, em ata de reunião ou numa carta da delegatária, deixar
104 isso claro para que o Conselho tenha mais segurança na aprovação.

105 **Vera** disse que o que está destinado ao fundo reserva se refere ao valor arretado
106 que está na conta e já estava definido que iria para custeio das delegatárias e, se
107 não tivesse sido arretado, deveria ser gastado na época. Lembrou que, quando foi
108 arrastado, o CBH MPS cancelou todos os projetos para dar sustentabilidade na
109 AGEVAP e ao longo do tempo e a delegatária ao receber seu custeio foi devolvendo
110 o que devia. Disse que antigamente nos contratos, o que não era gastado no ano
111 retornava ao INEA, voltando para a delegatária no ano seguinte, mas que quando
112 começou a haver perda de dinheiro, houve uma reunião na FIRJAN para reduzir o
113 recurso da delegatária para um valor que abrangia apenas o custo da mesma. Em
114 consequência dessa definição, quando há atrasos ou não pagamento, como
115 ocorreu neste ano, há problemas que levam a necessidade de transferir dinheiro
116 de projetos para custeio.

117 **Rodolfo** questionou se esse recurso de nove milhões de reais era referente apenas
118 ao arrestado em 2016 ou se era referente a todo período dos anos 2016, 2017 e
119 2018, visto que a cada ano possuía uma resolução e distribuição de valores
120 diferentes. Perguntou se os colegas sabiam precisar de qual ano se referia esse
121 montante e qual era a resolução CERHI que está vinculando e distribuindo os
122 recursos, pois ele havia encontrado apenas referente a 2017 para frente.

123 **Vera** disse acreditar que se referia ao arresto ao longo do tempo a partir do
124 momento que havia se tornado uma conta única. **João** completou que se lembrava
125 que o arresto foi desde novembro de 2015 até 2018.

126 **Rodolfo** completou que não constava nas resoluções de quando seria esse valor,
127 o que lhe trouxe a dúvida. Disse que concorda com as explicações e com a forma
128 que tentam resolver o problema, mas que não acha que está sendo feito de forma
129 clara e justa pelos comitês. Afirmou que se essas suas perguntas não foram
130 sanadas e deverá pesquisar para discutir sobre, não estando claro se realmente
131 deveriam aprovar essas resoluções. Justificou que para 2016 deveria ter tido uma
132 resolução ou uma forma que esse recurso deveria ser distribuído pelos comitês e
133 que houve resoluções distintas nos anos posteriores. Disse se preocupar quanto
134 desse valor de nove milhões de reais é referente a cada ano por terem resoluções
135 diferentes e essas dúvidas estão sendo deixadas de lado a fim de prezar para
136 qualidade do sistema, mas não sabia se esse era o mais correto a ser feito, já que
137 todos possuíam dúvidas. Afirmou que o assunto ainda não está maduro e que
138 quando ligou para um dos presidentes do comitê, perguntou como tinha sido a
139 distribuição e foi informado que ela ocorreu no GT FUNDRHI e reforçou que o GT
140 FUNDRHI não tinha autonomia para isso, que deveriam utilizar as resoluções de
141 cada ano, ou ser encaminhado para a plenária do CERHI. Disse não concordar com
142 a forma que os recursos são alocados e que não vem sendo feito o estudo necessário,
143 mas sim distribuindo de uma forma que não é a melhor para todos os comitês.
144 Concordou que esse assunto não deveria ser encaminhado para o CERHI se todas
145 as dúvidas não foram sanadas.

146 **Vera** disse que foi apresentado uma planilha mostrando exatamente como os
147 valores seriam distribuídos, explicando cada item. Solicitou a **Lívia** que houvesse
148 uma inclusão de pauta na reunião da CTIG E CTIL, uma apresentação do GT
149 FUNDRHI para sanar essas dúvidas. (Encaminhamento)

150 **Lívia** concordou com a solicitação, informou que haviam convidado o INEA e os
151 comitês, mas que poderiam convidar também o GT FUNDRHI. Informou que, em
152 relação ao que estava arrestado, era referido ao final de 2015, não podendo
153 diferenciar de qual ano havia sido pois estava acumulado e disse não saber qual
154 foi o critério utilizado e o ano base para distribuição desses recursos entre os
155 comitês. Informou que passaram a ter resolução apenas em 2017 com a
156 distribuição dos recursos da CFURH e que antes disso a resolução vinha nos
157 contratos de gestão, no qual era discutido com cada comitê o quanto era necessário
158 e a partir daí era submetido para o CERHI aprovar o valor da compensação
159 financeira que iria para cada contrato. Disse que o sistema entendeu que isso
160 deveria ser olhado de forma conjunta pois os comitês precisavam ter a ciência de
161 que o recurso da CFURH arrecadado era menor que o recurso previsto por ano no
162 contrato de gestão e que, embora houvesse um fundo acumulado, ele supriria
163 apenas por um tempo.

164 **João** disse que a construção do saldo do CFURH foi uma discussão muito longa e
165 que foi feita uma distribuição de acordo com as necessidades dos comitês, mas
166 que, como o valor de custeio era superior a 50% desse saldo, parte do recurso saía
167 de outros fundos.

168 **Rodolfo** questionou se o GT FUNDRHI pode aprovar enquanto deliberação do
169 Fórum ou se o Fórum que deveria deliberar e encaminhar resolução dos comitês
170 informando que os recursos se referem a 2015 sob a deliberação de determinada
171 resolução.

172 **Rafaela** disse que no âmbito do valor que refere a rubrica do CFURH para a
173 AGEVAP, o André Marques possui uma listagem com o valor de cada comitê.



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

174 **Rodolfo** opinou que estão concordando em manter uma distribuição que sempre
175 disseram estar errada, pegando um recurso acumulado que poderiam dar outro
176 destino e agir da mesma forma.

177 **José Arimathéa** respondeu que o Fórum e o GT FUNDRHI são espaços diferentes,
178 mas que o Fórum está presente no GT com a representação de todos os comitês
179 e tem a prerrogativa de encaminhar a discussão para o CERHI, mas que se pode
180 haver uma discussão paralela no FFCBH.

181 **Rodolfo** afirmou que vai continuar estudando o assunto e aguardar os próximos
182 encaminhamentos para abordar novamente na reunião do CBH Macaé Ostras.
183 Afirmou não estar satisfeito com a atuação, pois estão pensando no bloco AGEVAP
184 esquecendo os demais comitês.

185 **Vera** reforçou que o valor que irá para o fundo reserva se refere ao valor arrestado,
186 continuando a mesma divisão do CFURH e que ainda deve ser discutido a forma
187 de usar esse dinheiro para os próximos anos.

188 **Item 5. Avaliação da reunião com BNDES**

189 **José Arimathéa** comentou que esse item de pauta foi solicitado para que fosse
190 feita a avaliação do que foi passado na reunião realizada no dia 13/08/2020 e abiu
191 a palavra para os demais se manifestarem.

192 **Luís Eduardo** disse que a reunião foi importante para abrir um diálogo com o
193 Estado e com pessoal que está diretamente relacionado a questão da privatização
194 e do Novo Marco Regulatório. Opinou que, ainda que as reivindicações não sejam
195 atendidas, marcarem presença era algo importante. Disse que o momento traz uma
196 boa oportunidade de mobilizar a Alerj para poder acabar com o artigo que determina
197 o 70% de saneamento e discutir o antigo PL André Correia, que hoje é projeto do
198 CERHI. Afirmou que deveriam também aproveitar a atual presidência do INEA para
199 ajudar a fazer essa movimentação.

200 **Vera Lúcia** concordou que a reunião foi importante para marcar posição e
201 conhecerem FFCBH e os comitês, sabendo que haviam estudado o documento

202 ponto a ponto e possuíam contribuições, que foram aceitas no momento. Disse que
203 o Fórum demonstrou sua capacidade de discussão e abriu canal de diálogo para
204 serem convidados para futuras reuniões.

205 **Rafaela** comentou que há uma consulta pública sobre o Marco de Saneamento e
206 sugeriu que adaptassem a carta enviada para o BNDES para essa consulta
207 exigindo que os blocos sejam feitos por bacias, que os comitês fizessem o controle
208 social e que as agências sejam fortes. Concordou que a reunião com o BNDES foi
209 bastante promissora, principalmente porque tudo que foi argumentado foi
210 abrangido nela nota técnica da FIOCRUZ. Afirmou que não achava que seriam
211 ouvidos de primeira, mas que juntando todos que foram contrários a forma que vem
212 sendo feito, acreditava que junto ao MPE poderiam conseguir frutos.

213 **José Arimathéa** disse que esse foi um exemplo concreto de como o FFCBH pode
214 e deve fazer uma atuação política e que acredita que conseguiram gerar incomodo
215 quanto a questão do controle social, podendo ser chamados durante esse processo
216 para contribuir.

217 **Rafaela** completou que seria interessante que fosse enviado alguma carta em
218 conjunto com o Fórum Nacional, para se tratar do Marco de Saneamento e solicitou
219 que algum representante no FNCBH perguntasse se estão fazendo alguma
220 manifestação nesse sentido e, caso positivo, solicitar a inclusão de contribuições
221 do FFCBH. **Nelson** afirmou que faria esse encaminhamento. (Encaminhamento)

222 **Luís Eduardo** propôs que cada um lesse o documento enviado ao BNDES que foi
223 enviada e discutisse em uma reunião informal na quinta-feira (20) para trazer as
224 contribuições e definir o que seria feito. (Encaminhamento) Solicitou que esse
225 documento fosse reenviado aos comitês. (Encaminhamento)

226 **Vera Lúcia** disse que o FNCBH só teria reunião no mês seguinte e que, para fazer
227 documentos, esses devem ser aprovados pelo colegiado. Sugeriu eu fosse feito o
228 documento e enviado ao Fórum Nacional para que incorporassem suas
229 colaborações. **Rafaela** afirmou que o importante era saber se haveria alguma
230 manifestação do FNCBH.



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

231 **Item 6. Relação entre Comitês, Órgão Gestor e Delegatária e a eficiência da**
232 **gestão;**

233 **José Arimathéa** informou que a equipe da DISEQ do INEA, em reunião do
234 Contrato 01/2010, foi falar sobre o encaminhamento do processo de renovação do
235 contrato que se renova neste não junto ao Contrato 03/2010. Disse ter algumas
236 considerações que não são totalmente afinadas com as feitas pelo INEA, mas que
237 disse que não seria problema ou dificuldade para eles. No entanto, afirmou ter uma
238 preocupação quanto a eficiência do comitê, que depende da eficiência da
239 delegatária, que depende do órgão gestor e que isso deveria estar claro no contrato
240 de gestão. Comentou que O CBH MPS tomou uma iniciativa, frente a situação da
241 pandemia, para adquirir lavatórios que seriam distribuídos para os municípios,
242 como uma estratégia de educação ambiental e que esse projeto foi autorizado na
243 diretoria do comitê e levado a plenária, logo haviam feito a contratação da empresa
244 para compra de sessenta e cinco equipamentos, que já haviam sido recebidos e
245 informou que a discussão foi fechada em abril, o processo foi encaminhado em
246 maio, em junho houve o processo de licitação e em julho o processo de fabricação
247 e entrega ao comitê, estando os equipamentos na unidade do comitê. Disse que,
248 como de costume, foi enviada uma carta ao INEA solicitando os encaminhamentos
249 para a doação desses equipamentos e não houve resposta, logo ele entrou em
250 contato com **Hélio**, informando o ocorrido e pedindo agilidade em função da
251 emergência da situação e apenas na semana anterior haviam recebido essa carta
252 resposta que não autorizava a doação. Disse que a resposta dada ao comitê mostra
253 ser inviável se pensar em qualquer ação de eficiência, da cobrança à delegatária e
254 aos comitês se não há o mesmo compromisso e entendimento do Órgão Gestor.

255 Após essa fala, **José Arimathéa** fez a leitura da carta recebida integralmente.
256 Comentou que estava claro que, embora fosse cobrada a eficiência nos contratos
257 de gestão, o INEA não tem a obrigação em garantir que isso aconteça com o
258 mínimo prazo razoável. Disse que não achava aceitável que os comitês
259 estabelecessem contratos de gestão repletos de compromissos a partir do
260 momento que o Órgão Gestor não tem o mesmo compromisso com a eficiência do

261 Sistema. Afirmou que este é um processo pequeno, que em discussões de
262 processo de esgotamento sanitário e projetos maiores, a situação seria ainda pior.

263 **João** comungou da revolta gerada por essa resposta e compartilhou um ocorrido
264 no CBH BPSI, no qual foi elencado três escolas para realizar um evento de
265 mobilização e esclarecimento dos recursos hídricos. Informou que, como havia
266 recurso sobrando da diretoria, a ideia era usá-lo, mas quando a AGEVAP consultou
267 o INEA, receberam uma carta semelhante a apresentada, negando a possibilidade
268 do uso desse recurso para esse projeto. Disse que o FFCBH deve aproveitar o
269 momento e os estudos feito anteriormente para decidir quem é o comitê, qual é o
270 seu papel, sua função na gestão e principalmente, quem são os parceiros nas
271 tomadas de decisão.

272 **Luís Eduardo** disse que, apesar do discurso, devem analisar bem o que está por
273 trás e que vê com bons olhos o FFCBH, parabenizando a mudança de qualidade
274 nas reuniões e a maturidade de conhecimento do sistema que se vem adquirindo
275 em 2020. Disse estar claro que o interesse é que os comitês não saibam qual é o
276 papel e que cabe a eles e que no momento deveriam fazer o possível para garantir
277 o aditivo do contrato para manter a AGEVAP como delegatária e em 2021 colocar
278 no aditivo o que se deseja como papel do INEA e da delegatária como partes da
279 secretaria executiva dos comitês de bacia. Lembrou das falas que **Hélio** fez nem
280 reunião do G4, dizendo que o dinheiro é do comitê, mas quem ordena as despesas
281 é o INEA, mas que o INEA não é banco, onde “se passa o cartão e saca” e que
282 pretende levar essa afirmação para **José Alexandre Maximino**, quem acredita ser
283 a peça chave para haver fortalecimento perante ao INEA. Afirmou achar
284 interessante não fazer nenhuma confrontação ao INEA antes da assinatura do
285 aditivo do contrato de gestão.

286 **Rafaela** concordou com a fala e **Luís Eduardo** e disse que o ocorrido é revoltante
287 considerando a importância da ação proposta pelo CBH MPS e questionou o que
288 pode ser feito para reverter a situação, em função do posicionamento do INEA, em
289 termos de conseguir patrocínio de empresas da região.



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

290 **José Arimathéa** disse que o material já foi pago com os recursos do comitê no
291 FUNDRHI e que não poderia fazer nada fora do estrito uso da regulamentação, não
292 podendo nem pedir a ajuda de uma empresa, considerando que o equipamento
293 está parado e comprado. Afirmou que não queria encontrar subterfúgios, mas sim
294 resolver o problema através do INEA, que não fez sua parte de Agência de Bacia
295 e Órgão Gestor e não tem previsão de quando fará. Disse que não irá assinar um
296 contrato de gestão no qual o INEA impõe maior cobrança de eficiência da
297 participação do comitê do que está atualmente no contrato de gestão.

298 **Vera Lúcia** disse que foi absurdo o desrespeito que o INEA tratou o CBH MPS e
299 que vão fazer uma carta resposta a esta, mas que se for preciso, farão uma
300 manifestação pública para explicitar o que havia sido feito.

301 **Nelson** disse que o que interessa é o efetivo resultado do processo, que é a
302 disponibilização desses equipamentos e que a situação impeditiva é a doação, logo
303 sugeriu que fosse feita uma cessão dos equipamentos para as instituições, fazendo
304 documentos do receptor, termos de uso e prazo determinado.

305 **Paulo de Tarso** disse que em plenária já havia ouvido uma fala dessa diretoria do
306 INEA dizendo que iria em cada município ver os projetos e pessoalmente liberar as
307 verbas, mas que isso é uma total inversão de papéis, sendo inadmissível.
308 Concordou que deveriam tomar cuidado para que esses ocorridos não viessem ser
309 motivos para a não assinatura do aditivo.

310 **Rafaela** disse que a proposta de **Nelson** acabaria caindo no mesmo problema, já
311 que ainda dependeria da anuência do INEA, mas que a utilização desses
312 equipamentos como material de mobilização do comitê e educação ambiental
313 não dependeria. Sugeriu que colocasse em uso para população esclarecendo esse
314 uso para beneficiar a bacia, fazendo uma propaganda em torno disso e evitando
315 que esse material ficasse parado. Não concordou com as medidas extremas pois
316 prejudicaria os outros três comitês do contrato, mas sim que deveriam marcar uma
317 reunião com André Marques e o jurídico da AGEVAP, informando o ocorrido e

318 discutindo as possibilidades de utilizar os lavabos como propaganda do comitê em
319 favor da higiene e do saneamento da bacia.

320 **José Arimathéa** reafirmou que, dependendo do que for apresentado pelo INEA, o
321 Comitê MPS não irá assinar um contrato que não seja amplamente discutido com
322 sua diretoria e que isso, dependendo do encaminhamento que o INEA tomar, irá
323 causar problemas aos demais comitês que também necessitam renovar o contrato
324 no ano de 2020. Disse que não vão concordar com um documento que exige um
325 comprometimento de eficiência no qual o próprio órgão gestor não se compromete
326 em executar na mesma ordem de grandeza.

327 **Júlio César** reforçou a necessidade de acelerar a renovação dos contratos 01 e 03
328 e propôs que buscassem uma data para os presidentes de comitês e INEA
329 definissem uma posição concreta para a renovação desses.

330 **Luís Eduardo** opinou que a posição do CBH MPS deveria ser tomada para todo o
331 G4, pois assim como o INEA pediu para não colocarem nada novo no aditivo a fim
332 de evitar que a procuradoria fizesse outra análise, essa mesma argumentação
333 poderia ser utilizada pelos comitês.

334 **Item 7. Definições acerca do ECOB 2020**

335 **José Arimathéa** sugeriu que esse tema, devido ao horário, fosse debatido na
336 próxima reunião. **Vera Lúcia** disse que precisaria definir que o evento não seria
337 realizado na cidade da Itatiaia, mesmo pós pandemia, por não possuir local grande
338 o suficiente para aplicar o distanciamento social. Disse que essa discussão ocorreu
339 no CBH MPS, mas que o FFCBH deveria deliberar sobre isso, uma vez que a
340 cidade foi definida em plenária do Fórum.

341 **José Arimathéa** disse que a mudança de local foi um consenso da diretoria do
342 CBH MPS, entendendo que continuariam com a responsabilidade de sediar o
343 próximo ECOB, e após analisar a estrutura, perceberam que outros municípios tem
344 espaços que no pós pandemia seriam mais adequado para garantir esse
345 distanciamento social. Disse que no ano de 2020 um evento presencial está



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

346 inviabilizado e que discutiram posteriormente um novo local e se haveria uma
347 edição não presencial em 2020. Pediu para que os presentes opinassem para
348 comunicar oficialmente ao município.

349 Os presentes concordaram com a suspensão de Itatiaia como cidade sede e com
350 a inclusão de pauta na próxima reunião da discussão sobre uma edição virtual em
351 2020. Foi definido que seria enviada uma carta ao município de Itatiaia informando
352 essa decisão.

353 **Item 8. Assuntos Gerais;**

354 No início da reunião **José Arimathéa** informou que é candidato a vereador da
355 cidade de Volta Redonda e que na sexta-feira (14) havia se afastado formalmente
356 das atividades do CBH MPS, visto que esta é uma atividade representativa do IFRJ.
357 Informou que precisaria se afastar da coordenação do Fórum pelos próximos 90
358 dias, apesar deste não ser um ente oficial do sistema por ser uma ação de
359 representação.

360 **Luís Eduardo** disse que o Fórum, apesar da representatividade, está informal no
361 sistema e concluiu que não haveria motivos para esse afastamento, principalmente
362 havendo tanto trabalho a ser feito no FFCBH.

363 **Paulo de Tarso** disse que se **Arimathéa** não vê empecilhos quanto a
364 questionamentos a sua candidatura, concordava com **Luís Eduardo**, afirmando
365 que estão em momentos de estudo e que ele era parte importante no processo.
366 **Rafaela** também concordou, dizendo que se não havia impedimentos legais, era
367 favorável a continuidade do coordenador. **João** disse também não ver empecilhos
368 e que essa candidatura poderia até mesmo somar no Fórum no futuro. **Vera Lúcia**,
369 **Nelson** e **Maria Aparecida** também concordaram com a permanência no FFCBH.

370 **Rafaela** disse ser extremamente importante na região do MPS ter uma voz dos
371 comitês na câmara municipal, criando um novo tipo de vereança.

372 **Lívia** disse ser favorável a continuidade, mas questionou o que se diz no regimento
373 interno do Fórum. **Roberta** disse que não havia nada em relação a isso e que a



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

374 única cláusula que poderia haver uma correlação dizia que apenas os
375 representantes dos comitês no Fórum poderiam ser eleitos a coordenação, não
376 havendo quaisquer referências a afastamentos e processo eleitoral.

377 Tendo os presentes se declarado favoráveis, **José Arimathéa** se dispôs a
378 continuar na coordenação, mas solicitou que os documentos do Fórum dos
379 próximos 90 dias fossem assinados apenas pelo coordenador adjunto, **João**
380 **Gomes**.

381 Ao fim da reunião, **Luís Eduardo** sugeriu a inclusão na pauta da próxima reunião
382 a discussão sobre o PL 3873/2018 do CERHI, a fim de suprimir os 70% necessários
383 para saneamento, visto que as concessionárias, com o Marco Legal, deverão
384 investir em saneamento, se tornando desnecessário que os comitês tenham essa
385 obrigação. (Encaminhamento)

386 **Vera Lúcia** informou que o FNCBH está discutindo o regimento interno e estão
387 construindo uma proposta no qual o Fórum tem uma eleição de quatro em quatro
388 anos e o encontro nacional ocorra de dois em dois anos. Sugeriu que o FFCBH
389 incluísse em pauta uma discussão que levantasse propostas a serem levadas ao
390 FNCBH para compor seu novo regimento. (Encaminhamento) Disse também que
391 estão levando propostas para mudar a composição e representação e mudar como
392 vem sido o modelo de eleição. Pediu também que na reunião do BNDES fosse
393 discutida a questão da floresta da cicuta de Volta Redonda, (Encaminhamento)
394 afirmando que as questões regionais deveriam ser tratadas como interesses
395 globais nos comitês.

396 **José Arimathéa** concordou que os movimentos locais e regionais deveriam ser
397 trazidos para o FFCBH se apropriar e aumentar a visibilidade.

398 **Item 9. Encerramento.**

399 **José Arimathéa** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17:20. A
400 presente ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de
401 aprovada, será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.

402

403

404 Ata aprovada. Assinatura será após período de isolamento devido à pandemia

405 **José Arimathéa Oliveira**

João Gomes de Siqueira

406 Coordenado Geral FFCBH

Coordenador Adjunto FFCBH

407

408 ENCAMINHAMENTOS: planilha de encaminhamentos segue em anexo.